

BRASIL E URUGUAI: a “fronteira viva” como estopim para a eclosão da guerra do Paraguai

FRANCISCA CARLA SANTOS FERRER^{*}

RESUMO

Os conflitos na região platina durante o século XIX ocorreram devido à luta pelo ajuste dos territórios e das fronteiras dos jovens Estados independentes, quando firmaram seus limites e buscaram garantir sua soberania nacional. O objetivo deste trabalho é discutir as relações de fronteiras e do território sociocultural do Brasil e dos Estados platinos. Abordam-se os antecedentes e as tensas relações diplomáticas do maior conflito bélico da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança.

PALAVRAS-CHAVE: território; fronteira; Guerra do Paraguai; Estado.

ABSTRACT

The conflicts in the region along La Plata River during the 19th century occurred due to the struggle for settlement of territories and borders of the emerging independent States, when boundaries were set up in order to ensure national sovereignty. This study is aimed at discussing the relations of borders and the sociocultural territory of Brazil and the States along La Plata River. The background and the tense diplomatic relations of the biggest warfare in the South America, the Paraguayan War, are addressed.

KEYWORDS: territory; border; Paraguayan War; State.

Tradicionalmente, definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram seus limites e o que caberia e o que não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores desta cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus costumes etc.

Ruben George Oliven

A América Latina no decurso do século XIX deu início ao seu processo de independência do Velho Mundo atendendo a interesses

^{*} Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Desenvolve pesquisa sobre o período da Guerra do Paraguai. carla.ferrer@hotmail.com

sociopolíticos e econômicos decorrentes da ascensão da burguesia industrial na Europa e do surgimento das idéias liberais no século XVIII. Dessa forma, os Estados sul-americanos iniciavam suas jornadas para a construção de suas nações e a definição de suas fronteiras e culturas.

Esse processo gerou tensão entre os jovens Estados. O Brasil, que desde meados do século XVIII já passava por ajustes com a Espanha devido às fronteiras do sul do país, forçado a trocar a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, desencadeando a Guerra Guaranítica, voltou a enfrentar as mesmas questões em meados do século XIX. Uma das consequências dessa crise foi a deflagração da Guerra do Paraguai em 1864. Nesse sentido, segundo Sousa Jr. (1975), a Guerra do Paraguai foi resultado de um processo político iniciado com o aparecimento e estruturação das nações ibero-americanas, como já citado. Estas, em sua visão, teriam emergido dos movimentos de emancipação e de definição de suas fronteiras e identidades, em luta contra as metrópoles ibéricas.

Se considerarmos o que diz Douglas Santos, “A identidade do indivíduo realiza-se na construção da identidade dos lugares; podemos afirmar que a construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia” (1974: 23), observaremos que os Estados nascentes na América do Sul como instrumento de autoconstrução se preocuparam em definir suas fronteiras, caminhos e territórios, e nesse contexto eclodiu a Guerra do Paraguai.

Segundo Sousa Jr. (1975), as questões de território e domínio do espaço foram os primeiros motivos desencadeadores dos atritos entre os Estados platinos, e entre eles podemos eleger dois: 1. o intento de domínio sobre o Rio da Prata; 2. o empenho da recomposição do antigo Vice-Reinado de Buenos Aires.

Como agravante desse contexto ainda tivemos o fato de que não foram sempre amistosas as relações entre o Império do Brasil e os países vizinhos. Ainda para Sousa Jr., três foram os fatores agravantes da situação: 1. as campanhas militares de 1827 e 1851 contra a Argentina; 2. as campanhas militares na Banda Oriental entre 1821 e 1864, e 3. os constantes enredos entretecidos nos bastidores da diplomacia.

Dessa forma, os conflitos na região platina durante o século XIX ocorreram devido à luta pelo ajustamento territorial e fronteira dos jovens Estados independentes, que, ao firmar suas linhas limítrofes, buscavam garantir sua supremacia nacional. A tensão entre os novos países independentes culminou em conflitos bélicos, como as campanhas militares de 1827 e 1851 contra a Argentina; as campanhas militares na Banda Oriental entre 1821 e 1864, e a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870.

Nesse sentido, segundo Sousa Jr. (1974:300), a Guerra do Paraguai foi resultado de um processo político iniciado com o aparecimento e estruturação das nações ibero-americanas e “entretido nos bastidores da diplomacia”. Assim, com o intuito de apresentar uma discussão sobre as relações fronteiriças e o território sociocultural do Brasil e dos Estados platinos, abordaremos os antecedentes e as tensas relações diplomáticas do maior conflito bélico da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança.

Ao longo do século XIX, as relações entre o Brasil e os Estados platinos foram marcadas por profundos momentos de tensão, principalmente com o Estado Oriental do Uruguai, que, segundo Aliatar Loreto (1953:139), se tornou o mais delicado e perigoso problema de nossa política externa naquele período. Portanto, a política internacional do Brasil, naquela época vigente, primava em manter a independência do Uruguai, bem como, manter sua fronteira sossegada e segura.

Segundo André Lamas (1852:2), agente diplomático uruguaio, todos os estadistas brasileiros tinham o interesse da pacificação do Estado Oriental. Entretanto, essa suposta pacificação almejada pelo Império não se concretizou, devido às instabilidades enraizadas na “fronteira viva”¹ entre o Brasil e o Uruguai, cujas relações intrínsecas de cunho econômico e político envolviam a elite agrária do sul do Brasil.²

Portanto, as relações fronteiriças entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai tinham suas peculiaridades, devido à grande aproximação desses povos. Tal aproximação facilitava as relações políticas e econômicas dos grandes estancieiros sul-rio-grandenses que, do outro lado da fronteira, possuíam grandes propriedades, onde “mantinham campos de criação de engorda de gado. Desde o Chuy ao Cuareim, com cerca de 428 estâncias, que abrangiam a superfície de 1.728 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai” (BANDEIRA, 1995:114).

Na segunda metade do século XIX, a população brasileira no Estado Oriental representava, segundo a citação referida de Moniz Bandeira, cerca de 40 mil rio-grandenses, o equivalente a 20% do total

¹ Segundo a tese de Backheuser, fronteira viva, em essência, é uma região através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar.

² As relações na fronteira viva da província sul-rio-grandense sempre estiveram presentes, desde sua formação. Remontam ao período da doação das sesmarias, quando passaram a ser formadas grandes estâncias, as quais lutavam para manter sua principal fonte econômica, o gado. Em certos momentos, o gado pastava do lado do Rio Grande, e em outros, do lado dos campos “gordos” da Cisplatina. Dessa forma, a luta pelo gado e pelas pastagens ocorre desde a formação da província sul-rio-grandense.

da população do Estado Oriental. Dessa forma, podemos compreender as relações intrínsecas existentes entre os grandes proprietários de terras brasileiros e os uruguaios, no tocante aos aspectos políticos e econômicos que envolviam o Estado Oriental.

Podemos inferir, assim, que realmente havia uma “fronteira viva” entre estes dois países, coexistindo uma troca de relações e experiências sociais, políticas, econômicas e militares. Devido a essa inter-relação proporcionada pelo convívio intenso na fronteira sul do País, entre rio-grandenses e uruguaios, grande parte dos distúrbios políticos no Estado Oriental envolviam diretamente a elite sul-rio-grandense, que lá possuía fortunas.

Após analisarmos essa ligação fronteiriça, podemos compreender a participação dos rio-grandenses nos conflitos no Uruguai entre os partidos Blanco e Colorado³, pois esses brasileiros necessitavam garantir a segurança de suas propriedades e interesses particulares naquele país.

A posição do governo central brasileiro em relação a esse envolvimento dos rio-grandenses na política uruguaia era negativa, pois o Império não apoiava a atitude militar de seus compatriotas em movimentos armados nos países do Prata. Nessa perspectiva, a política imperial pretendia manter a paz na região platina e não se envolver em problemas diplomáticos e militares contra países daquela região.

Em 1863, ao eclodir a revolução chefiada por Venâncio Flores, adepto ao Partido Colorado uruguaio, o governo brasileiro procurou manter sua política de neutralidade. Nesse sentido, o império recomendou às autoridades do Rio Grande do Sul as devidas condutas que deveriam ser acatadas pelos rio-grandenses, a fim de evitar comprometimentos da política imperial perante o Estado Oriental do Uruguai.

Conforme o Relatório da Secretaria de Estrangeiros de 1863, podemos entender essas condutas do Império:

Nenhuma proteção e auxílio devia prestar-se à causa da rebelião. As forças rebeldes que se asilassem na Província, deviam ser colocadas em uma posição inteiramente inofensiva. As autoridades que deslizassem de seus deveres, não guardando ou não fazendo respeitar a mais perfeita e absoluta neutralidade por parte do Império, deviam ser severamente punidas. (Relatório, 12 de novembro de 1863).

³ Segundo Alberto Zun Felde, o Partido Blanco era arraigado no meio rural e fiel à tradição hispânica, e encarava a defesa dos interesses americanos e orientais. O Partido Colorado localizava-se principalmente na cidade de Montevidéu e oferecia a imagem mais urbanizada. Dessa forma, aceitava as correntes liberais européias e se identificava com os imigrantes.

Como podemos observar, era obrigação do Presidente da Província do Rio Grande do Sul procurar persuadir seus concidadãos a ignorar a luta do outro lado da fronteira, para, segundo o Império, “pouparem a si e ao seu país perigos e dificuldades muito graves” (SOUZA, 1919:35).

Esse mandato imperial ao presidente de Província do Rio Grande do Sul era insensato, não havendo nenhuma condição de ser cumprido: ou Rio de Janeiro “ignorava” a situação da fronteira, onde grandes estancieiros mantinham boa parte de sua economia, ou subestimava a ação guerreira que esses brasileiros do sul do País tinham em suas raízes. Enfim, todo o cavalheirismo e melindre do Brasil em relação ao Estado Oriental não foram correspondidos, pois os brasileiros residentes no Uruguai, assim como suas estâncias, foram extremamente desrespeitados pelo governo blanco, no Uruguai.

O governo do partido Blanco passou a não cumprir os contratos internacionais, negando-se a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação, passando assim, a instituir o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Dessa forma, a política uruguaia entrou em confronto direto com os interesses dos estancieiros, os quais utilizavam escravos como peões, em suas propriedades, em ambos os lados da fronteira. Esses peões, segundo Moniz Bandeira (1995:166-167), eram os responsáveis pelo “transporte” das reses criadas no Uruguai para as charqueadas no Brasil, que consumiam cerca de 75% dessas reses vindas do Estado Oriental.

Ao governo imperial chegavam, também, reclamações em relação às violências e arbitrariedades sofridas por brasileiros residentes no Uruguai ou em linhas de fronteira com esse Estado. Essas agressões eram praticadas por particulares, autoridades civis e militares uruguaiais, em meio à agitação política e social: assassinatos, roubos de gado vacum e cavalariagem nas propriedades particulares dos rio-grandenses, e ainda o recrutamento forçado de peões brasileiros para o serviço militar uruguaio.

Esses acontecimentos agitavam a sociedade brasileira e fomentavam as discussões parlamentares. Assim, os senhores Luís Alves Leite de Oliveira Bello e Felipe B. de Oliveira Nery, indignados com a situação dos brasileiros nessa fronteira, expunham seu pensamento em relação aos crimes que eram cometidos contra seus compatriotas e ficavam impunes, o que era corriqueiro. O Sr. Nery, em um discurso, exige justiça: “Abusos dessa ordem, meus Srs., a intervenção indébita desses agentes, a perturbação que eles têm levado ao seio de muitas famílias, a incerteza que fazem pairar sobre grande número de interesses brasileiros, necessitam de uma repressão

enérgica” (BELLO; NERY, 1859:11).

Foram feitos diversos pedidos de medidas enérgicas contra o Uruguai, pois a situação se agravava e se tornava mais tensa naquela região. A opinião pública rio-grandense estava excitada e desejosa por uma ação do governo, que não se manifestava e levava a situação da fronteira com o Estado uruguaio em “banho-maria”.

A presença na Corte do general farroupilha Antônio de Souza Neto mudou essa situação aos olhos do Império. O General Neto foi ao Rio de Janeiro, com o intuito de falar em nome de quarenta mil brasileiros que estavam sendo perseguidos pelos uruguaios e pedir justiça às impunidades, as quais estavam afetando a vida de seus compatriotas que viviam no Estado Oriental. Conforme Francisco Doratioto (2002: 51), a presença de um general farroupilha no Rio de Janeiro causou grande impacto, pois o governo central passou a temer que os estancieros rio-grandenses afeiçoados aos colorados, sentindo-se desamparados pelo Império, pudessem tomar a iniciativa de resolver a situação através da força, sem o consentimento do governo central e, desse modo, reavivar os sentimentos separatistas, que eram lembranças ainda muito presentes no cotidiano dos rio-grandenses. Segundo Fernando Luiz Osório (1876:16), “A fronteira do Rio Grande não é só fronteira da província, é fronteira do Império. A tranqüilidade e a ordem na província importam a ordem, a tranqüilidade da Nação”.

Tendo em vista a delicada situação na fronteira rio-grandense, o Governo imperial resolveu enviar à República do Uruguai uma missão especial, em 6 de maio de 1864, comandada pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, que tinha por objetivo resolver diplomaticamente todas as irregularidades pertinentes, que ofendiam e prejudicavam os brasileiros, pois, segundo as instruções de Saraiva (1896:59), era “sem embargo da urgência das circunstâncias e ainda do estado de excitação do espírito público brasileiro, o governo imperial preferia tentar um último apelo aos meios amigáveis, na confiança de que surtiria efeito em ambos os países”. Para tanto, expediu o seguinte conjunto de exigências a serem cumpridas pelo governo de Atanasio Aguirre, do Partido Blanco:

1º O devido castigo, senão a todos, ao menos daqueles dos criminosos reconhecidos que passeiam impunes, ocupando alguns deles postos no exército oriental, ou excedendo cargos civis do estado.

2º A imediata destituídos e responsabilizados os agentes de polícia, que têm abusado da autoridade de que se acham revestidos.

3º A indenização contentemente a propriedade, que sob qualquer pretexto tenha sido extorquida aos brasileiros, pelas autoridades militares ou civis da república.

4º *Que fossem postos em plena liberdade todos os brasileiros, que houveram sido constrangidos ao serviço das armas da República* (SOUZA, 1919:30).

Entretanto, após a apresentação das exigências do Império ao Uruguai e seu não-comprometimento imediato, Saraiva apresentou no dia 6 de agosto de 1864 o *ultimatum*, estipulando o prazo de seis dias, para o cumprimento de todas as exigências brasileiras. O Conselheiro esclareceu que o não-cumprimento das exigências acarretaria a impositão da força militar em território oriental.

Aguirre procurando aliados contra o Império, busca aliança com o Paraguai, que o apoia política e militarmente, o qual envia ao Brasil um *ultimatum*, em 30 de agosto de 1864, contra a ocupação do território uruguaio pelas forças militares brasileiras. O Brasil, de acordo com Doratioto (2002:60), desprezou e subestimou a ofensiva diplomática e militar do Paraguai, pois no Brasil os soldados paraguaios eram vistos com desprezo, considerados um “povo bárbaro”.

Com o auxílio de tropas terrestres de Flores (do Partido Colorado, da República uruguaia), o Brasil interviu militarmente, tendo como principal objetivo ataques bélicos às cidades de Salto, Paisandu e Cerro Largo.

A tomada de Paisandu foi praticamente o fim dessa intervenção militar contra o Uruguai. O Estado Oriental, conforme Miguel Ángel Cuarterolo (2000:16), perdeu a guerra e teve a cidade de Paisandu arrasada pelo bombardeio naval realizado por Tamandaré e sob a infantaria brasileira de Venâncio Flores.

Após o ataque ao Uruguai, López, presidente do Paraguai, viu em suas mãos a possibilidade em declarar guerra ao Brasil. Em 11 de novembro de 1864, o governo de Assunção capturou o navio mercante *Marquês de Olinda*⁴, que levava o novo presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos, e alguns oficiais.

Essa ação foi considerada pelos brasileiros como um ato de pirataria. O Império pediu explicações ao Paraguai pelo seu ato traiçoeiro. Em resposta, o governo paraguaio enviou nota dizendo que estava proibida a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai (DORATIOTO, 2002:67). Solano López, considerando que já estava em estado de guerra contra o Império brasileiro, no dia 15 de novembro de 1864 decidiu invadir a Província do Mato Grosso e posteriormente, invadiria a Província do Rio Grande do Sul. Então, com essa invasão

⁴ Segundo Virgílio Corrêa Filho, esse navio brasileiro pertencia à Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai. Essa companhia era subsidiada pelo Império para manter linha regular ligando Montevidéu a Cuiabá.

bélica ao Mato Grosso, o Brasil realmente entrou em guerra contra o Paraguai.

Neste sucinto artigo, podemos compreender a importância das relações existentes na fronteira viva do Brasil com o Uruguai, as quais ocasionaram a eclosão da Guerra do Paraguai. Portanto, fica claro que neste trabalho buscamos apresentar a importância das questões fronteiriças na região platina que antecederam a Grande Guerra travada na América Latina, no século XIX, e não aprofundar as problemáticas dessa guerra.

REFERÊNCIAS

AVISO contendo as instruções da Missão Especial confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 59, t. 1, 1896.

BANDEIRA, L. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata – Argentina, Uruguai e Paraguai*: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1995.

BELLO, Luís Alves Leite de Oliveira; NERY, Felipe B. de Oliveira. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sessão de 09.11.1859. Relatório da Secretaria de Estrangeiros. 12 nov. 1863.

QUARTEROLO, Miguel Ángel. *Soldados de la memoria: imágenes y hombres de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 2000.

DOCCA, Souza. *Causas da guerra com o Paraguay*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1919.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMAS, André. Artigo. *Jornal do Comércio*, 22 set. 1852.

LORETO, Aliatar. *Capítulos de História Militar do Brasil: os antecedentes da guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1953.

OLIVEN, Ruben George. Territórios, fronteiras e identidades. In: SCHÜLER, Fernando; BARCELLOS, Marília de Araújo (Org.). *Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

OSÓRIO, Fernando Luís. Anais da Assembléia Legislativa da província do Rio Grande do Sul. Décima Sexta Legislatura, 2.^a Sessão, 1876, p.16. Sessão de 24.03.1876. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, código AL4.004.

SOUZA JR., Antônio de. Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. 4 v.

ZUN FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. Montevideo: Biblioteca de Autores Uruguayos, 1967.